

Mexicanos nos EUA: entram tantos como saem

Enquanto o Supremo Tribunal dos EUA debatia a lei do Arizona contra a imigração ilegal, dados publicados indicam que a imigração mexicana tem vindo a ser travada.

Pela primeira vez em quatro décadas, agora saem dos EUA tantos mexicanos como chegam. Para esta mudança de tendência contribuíram fatores económicos, mas sobretudo a mão firme contra os indocumentados. A estagnação coincide com a primeira descida séria da imigração ilegal mexicana em 20 anos. Assim o salienta um relatório elaborado pelo Pew Hispanic Center.

Para realizar este relatório de 2012, os investigadores do Pew recorreram a nove fontes de dados diversas: cinco do governo mexicano, e quatro do governo norte-americano. Entre elas, encontram-se os Censos de População e Habitação; o Inquérito Nacional de Profissão e Emprego; o Inquérito sobre Migração na Fronteira Norte do México, etc.

O fluxo migratório do México para os EUA começou a crescer de modo constante a partir de 1970. Desde então e até há poucos anos, a tendência é que havia mais entradas do que saídas de mexicanos.

Assim, entre 1995 e 2000, 3 milhões de mexicanos emigraram para os EUA e menos de 700.000 regressaram ao seu país juntamente com os filhos nascidos durante a estadia nos EUA.

No entanto, somente uma década depois, a tendência mudou completamente. No período compreendido entre 2005 e 2010, os mexicanos que chegaram aos EUA foram cerca de 1,4 milhões. E os que voltaram ao México com os filhos também rondaram os 1,4 milhões.

O relatório do Pew associa esta descida líquida do fluxo migratório – embora não exclusivamente – à primeira queda séria, em duas décadas, do número de imigrantes ilegais mexicanos nos EUA. Os mexicanos indocumentados que viviam nos EUA passaram de 7 milhões em 2007, para 6,1 milhões em 2011, enquanto que os documentados subiram ligeiramente, de 5,6 milhões em 2007, para 5,8 milhões em 2011.

Atualmente, os mexicanos ilegais representam 58% dos 11,2 milhões de imigrantes indocumentados que vivem nos Estados Unidos.

O fenómeno da imigração ilegal volta a aparecer entre os fatores que, segundo o Pew, contribuíram para travar o fluxo migratório do México para os EUA. Um dos mais destacados é o aumento das deportações dos indocumentados: em 2010, quase 400.000 sem papéis foram deportados; deles, 73% eram mexicanos.

Pelo contrário, as detenções daqueles que procuram cruzar a fronteira de modo ilegal diminuíram bastante: de mais de um milhão em 2005, passou-se para 286.000 em 2011. Ora, como explica o relatório, isso não significa que se relaxassem as medidas de vigilância nos controlos fronteiriços, mas que as que já existiam, tinham cumprido o seu efeito dissuasor e muito menos pessoas tentaram cruzar.

Outros fatores mencionados pelo Pew são: a menor oferta de emprego nos setores onde costumam concentrar-se os emigrantes nos EUA (hotelaria, limpezas ou construção civil); a queda da natalidade no México ou a criação de novas oportunidades económicas no país de origem.

Um só bebé-medicamento, fruto de uma lei “avançada”

Quando, em maio de 2006, se reformou em Espanha a lei de reprodução assistida, o governo socialista insistiu em anunciar como grande novidade o facto de, pela primeira vez, se regular o diagnóstico de pré-implantação, com o objetivo de que um futuro filho pudesse, mediante um transplante, ajudar a curar o seu irmão doente. O jornalisticamente chamado “bebé-medicamento”, era um sinal do quão avançada e, portanto, conveniente, era a lei.

Desviava-se assim a atenção pública das mudanças mais substanciais da reforma: geração de embriões com fins não reprodutivos; via livre para fecundar quantos óvulos se

quisesse, tendo, como resultado, a acumulação de embriões de sobra; a possibilidade de investigar os embriões sobrantes ou os criados, por clonagem, para este fim.

Deve ter-se em consideração que havia muito pouca procura para esta técnica do “bebé-medicamento”, que somente se realizava, nessa altura, numa dezena de centros em todo o mundo e apenas havia sido criada cinco anos antes.

Entre 2006 e 2012, só houve um caso em que esta técnica serviu para fazer um transplante que curou o irmão enfermo. Segundo referiu o “El País” (7.1.2012), a Comisión Nacional de Reproducción Humana Asistida (CNRHA), que deve supervisionar os casos, um por um, recebeu nesses seis anos um total de 40 solicitações válidas para iniciar o processo, das quais rejeitou 9. Das 31 aceites, apenas resultou um rapaz capaz de servir de doador ao seu irmão.

Mas, apesar do fracasso notório, não se pode falar de surpresa.

Esta técnica contava com escassos anos de vida quando foi legalizada em Espanha, mas a pouca evidência científica existente oferecia resultados desencorajadores. O Hospital Universitário flamengo de Bruxelas que, em maio de 2005, anunciou o nascimento dos dois primeiros bebês-medicamento da Europa, declarou que 61 casais tinham solicitado o tratamento, 14 tinham sido aceites, quatro mulheres ficaram grávidas, tendo acabado por nascer apenas dois bebês “aptos”.

A possibilidade de um casal que inicia o processo vir a obter finalmente o bebé-medicamento desejado, situa-se em 5%. Além disso, as probabilidades de que o futuro filho seja “eficaz”, também depende da doença que pretenda curar: de 75% a 90% em doenças genéticas, e de 30% a 50% em leucemias. São necessários, em média, 16 embriões para conseguir três compatíveis com os quais se possa trabalhar, embora isto não signifique que algum deles se venha a implantar corretamente no útero e a desenvolver a sua gestação.

Igualmente, como salienta a catedrática de Bioquímica, Natalia López Moratalla, o processo de selecionar um embrião compatível exige produzir outros que ficarão pelo caminho: “a possibilidade de selecionar exige múltiplos irmãos e, para isso, partir de 10 ou 20 óvulos, que serão necessariamente mais imaturos e piores do que os produzidos pela mãe, com as respetivas consequências para o filho que venha a ser gerado pela fecundação desses óvulos”. Por outro lado, o diagnóstico de pré-implantação a que se submetem os embriões para ver se reúnem as condições para serem implantados, “exige pegar em duas células de um pequeno embrião de três dias que só tem oito células: um quarto do seu corpo, pelo que, muitas vezes, ficam danificados”.

Por outro lado, a atenção mediática que geraram os bebês-medicamento, eclipsou outras alternativas que estão a funcionar melhor, como as células estaminais adultas. É o que diz López Moratalla: “o que não se deve continuar a ocultar, é

que as células do sangue do cordão umbilical não produzem forte rejeição; tal como, muito menos a produzem algumas das células estaminais da medula óssea de doador”.

Por muito que a reforma de 2006 fosse conhecida popularmente como a dos bebês-medicamento, a verdade é que este era somente um dos aspetos legislados. A lei incluía também a possibilidade de os embriões sobrantes ficarem à disposição do casal ou da mulher, de forma que pudessem escolher entre conservá-los para um eventual uso, doá-los a outro casal, destiná-los à investigação ou “cessar a sua conservação”. Esta possibilidade facilitou – por omissão de responsabilidade do casal – um arsenal de embriões utilizados como material de investigação ou condenados ao congelador.

A lei de 2006 favoreceu, embora também de modo implícito, a clonagem com fins terapêuticos, ao proibir simplesmente a que procura fins reprodutivos. Por último, outra “contribuição” da reforma foi a consagração legal do termo pré-embrião, para se referir ao de menos de 14 dias. O objetivo era desregular ainda mais a circulação e uso destes embriões.

Como costuma acontecer no campo da saúde sexual, os argumentos esgrimidos na reforma foram mais emotivos e abstratos do que científicos. Por um lado, apelava-se à compaixão perante a dor. Quando a reforma passou os trâmites do Congresso, o “El País” (17.2.2006) felicitava-se porque “com a ampliação do número de óvulos que se podem extrair e fecundar (embora não implantar numa só vez) pretende -se evitar o sofrimento das mulheres, as quais se devem submeter a diversos ciclos de estimulação antes de conseguirem ficar grávidas”. Nada dizia sobre o incerto final dos óvulos sobrantes.

No caso dos bebês-medicamento, a dor psicológica da mãe que via como o seu filho sofria de uma doença incurável, servia para justificar a conceção de um novo filho com fins terapêuticos. O mesmo diário salienta, passados alguns anos, num curioso exercício de alienação jornalística, que “há quem acredite que se exageraram as expectativas” (“El País”, 7.1.2012).

Na altura, foi objetado à então ministra da Saúde, Elena Salgado, que a técnica dos bebês-medicamento carecia “de justificação clínica e social”, embora ela se defendesse aludindo às “posições pseudo morais” dos seus críticos. Todavia, o tempo encarregou-se de demonstrar que nem existia tanta procura social, nem se podia esperar tanto desta técnica. Nunca um só bebé serviu para justificar a destruição de tantos embriões.

F. R.-B.

“Amor: Un sentimiento desordenado”

“Liebe. Ein unordentliches Gefühl”

Autor: Richard David Precht

Sirueta. Barcelona (2012).

392 págs.

Tradução (castelhano):

Isodoro Reguera

Costuma falar-se do amor como de um sentimento desordenado e complexo. Parte dessa complexidade tem, sem dúvida, que ver com a multiplicidade de significados que, ao longo do tempo, se foram sedimentando nessa palavra. Nesta perspectiva, as hoje abundantes tentativas da ciência para pôr ordem nessa experiência, pela via de a reduzir a funções biológicas elementares, estão antecipadamente condenadas ao fracasso.

É o que pensa Richard David Precht no seu livro sobre o amor, rico em informação e com observações, em geral, ponderadas. O autor alemão propõe-se, antes de tudo, duas coisas. Por um lado, dismantelar os reducionismos com os quais diversas ciências – a psicologia evolutiva, a sociobiologia, a química... – procuram impor uma ordem artificial na experiência humana do amor, ou tipificar de uma vez por todas, sobre bases supostamente científicas, comportamentos ou papéis femininos e masculinos; e, relacionado com isto, mostrar que a nossa ideia (romântica) do amor, representa um ideal cultural relativamente recente e, na sua síntese de contradições, extremamente exigente.

Precht estrutura o seu livro de acordo com um plano escalonado, com o qual quer abordar, para mostrar a sua insuficiência, uma perspectiva muito alargada na nossa cultura, que procura explicar realidades humanas – neste caso, o amor – como produto da evolução de realidades biológicas mais simples.

Precht vai fazendo a revisão das teses supostamente científicas que avalizariam semelhantes transições, para ir mostrando, em seguida, que nada na nossa história natural, nem na nossa biologia, permite explicar por si só as peculiaridades dos nossos desejos, emoções e representações associadas ao amor.

Num contexto cultural marcadamente determinista, este tipo de argumentação, por simples que pareça, é no mínimo bem-vindo. Precht, com efeito, recorda-nos que: “Reagimos perante os outros e encontramos alegria e satisfação em excitar,

fascinar ou fazer feliz o outro. Os nossos interesses não são estereotipadamente genético-egoístas, pois jogamos com os nossos companheiros e companheiras sexuais um jogo social no qual nos refletimos no olhar do outro...”

As objeções de Precht às explicações redutivamente naturalistas do amor – as suas divertidas argumentações contra as não menos cómicas tentativas de vincular as nossas contemporâneas práticas amorosas com a herança paleolítica, ou a produção de oxitocina –, não constitui o único ponto positivo do seu livro. Mais relevante é, parece-nos, a sua reconstrução do próprio conteúdo do que hoje pensamos ao abrigo da palavra “amor”, assim como o seu diagnóstico das formas de os homens e mulheres de uma sociedade marcada por um intenso processo de individualização, enfrentarem contemporaneamente o problema do amor.

Segundo Precht, a nossa ideia do amor romântico, como um sentimento que deveria abarcar simultaneamente vínculo, paixão e sexualidade, é uma ideia relativamente inovadora na história da cultura, um ideal cultural, no qual se incluem tensões que vitalmente convidam à quadratura do círculo, e sem as quais se tornaria incompreensível a contemporânea sociologia do amor (e o desamor).

“O amor romântico é um anseio que se perfila no século XVIII, contrário às restrições de um mercado matrimonial que não tem em consideração os sentimentos...”

O influxo dos ideais românticos na nossa conceção atual do amor – a ideia de que o amor é fonte de significado – foi algo extraordinário. Dele vive em grande parte a chamada cultura popular. Precht volta a insistir naquilo em que, nos últimos tempos, destacou com acerto Eva Illouz: que uma das fontes pelas quais os ideais românticos – inegavelmente transformados – colonizaram as representações coletivas, foi a enorme difusão cultural da psicanálise.

“Amor, afetividade e sexualidade: hoje gostamos de pensar juntas as três coisas, como se se tratasse de uma unidade, como se o amor romântico fosse a norma e não a exceção. (...) Mas, na realidade, tudo volta repetidamente a voar em pedaços: para o amor no sentido de vínculo e compreensão, pode ser bom que na vida do companheiro de casal não mudem demasiadas coisas fundamentais: para o amor como anseio de estímulo e emoção não há nada melhor do que uma mudança de relacionamento e que suscite continuamente novas solicitações ao companheiro.”

À luz destas considerações, entende-se que Fromm tenha dito que o amor não é apenas destino, como igualmente trabalho (247). Que, com isso, pusesse em marcha um exército de terapeutas do amor, que hoje vendem os seus receituários para a vida em casal por todo o mundo, parece que estava fora da sua intenção original. Precht não é o único a dissuadir o leitor das esperanças depositadas nessa literatura: recorrer a um livro não muda a vida nem as relações do casal e, em qualquer caso, não de forma duradoura. Apenas muito poucas vezes, um amor feliz se baseia nos bons conselhos.... (...) Pode ser verdade que a maioria das pessoas pensa que quer

mudar, mas são menos as que realmente querem... Não podemos esperar nem do nosso/a parceiro/a, nem de nós próprios, uma mudança importante e fundamental”.

A idealização romântica não é somente a idealização da pessoa amada, como do amor mesmo, também do amor familiar. E não é demais notar que essa idealização

pode vir a converter-se em fonte de uma tirania peculiar, que deita fora o outro, os outros, quando não se ajustam às próprias expectativas. Nem por isso, contudo, se deve considerar o amor como uma missão impossível. Na realidade, é o amor que nos permite perceber, em nós mesmos, possibilidades inéditas.

A. M. G.

